

QUEM TEM MEDO DA FILOSOFIA BRASILEIRA?

Ricardo Vélez Rodríguez
Filósofo

Utilizo, para este comentário, título que o mestre Antônio Paim pôs em circulação lembrando Virgínia Woolf, para identificar as mazelas que, no final do século passado, infernizavam a vida de quem se dedicasse ao estudo da nossa cultura filosófica. A situação, como os leitores poderão observar, não mudou muito de 1990 para cá.

Aconteceu, na seara da filosofia, estranho fenômeno de colonialismo cultural que foi extinguindo progressivamente tudo quanto, no nosso País, cheirasse a estudo do pensamento brasileiro ou à consolidação de uma filosofia nacional. Os artífices dessa façanha (ocorrida nas três últimas décadas do século passado) foram os burocratas da CAPES no setor da filosofia, comandados pelo Padre jesuíta Henrique Cláudio de Lima Vaz. Os fatos são simples: no período em que o General Ruben Ludwig foi Ministro da Educação, ainda no ciclo militar, os antigos ativistas da Ação Popular Marxista-Leninista receberam à sombra do Padre Vaz a diretoria dos conselhos da CAPES e do CNPq, na área mencionada. Especula-se que o motivo da concessão fosse uma negociação política: eles prometiam abandonar a luta armada. A preocupação dos militares residia no fato de que foi esse o único agrupamento da extrema esquerda que não se organizou explicitamente em partido político.

Os grupos da denominada “direita” (conservadores, ultraconservadores, liberais, liberais sociais etc.), toda essa imensa gama, ficou do lado de fora dos favores oficiais, no período militar e após.

De um lado, os militares, de uma forma bastante imprecisa, identificavam como perigosos não apenas os ativistas da extrema-esquerda, mas também todos aqueles que se apresentassem como liberais (lembrar as referências do General Golbery à ideologia liberal, como contrária aos interesses do País, o que explica as cassações de liberais linha-dura como Carlos Lacerda, ou os preconceitos contra social-democratas como Juscelino).

Os restantes grupos da denominada “direita” terminaram sendo exorcizados das benesses oficiais, em decorrência do patrulhamento dos ativistas de esquerda, que foram beneficiados pelo regime. Prova documental importante é constituída pelo artigo de Aramis Millarch (“Délcio explica quem são os senhores da direita”, O Estado do Paraná, 28/12/1980, p. 10), que resenha livro publicado em 1980, do jornalista Délcio Monteiro de Lima, intitulado Os Senhores da Direita (Rio de Janeiro, Editora Antares, 168 p.). O saco de gatos é grande. Vão para o mesmo balaio, ativistas da TFP, antigos integralistas, conservadores, e até os membros do staff da Revista Convivium e a entidade que lhe dava sustentação, Convívio – Sociedade Brasileira de Cultura.

A discriminação foi feita, notadamente, pelo pessoal da Ação Popular, através da CAPES e do CNPq. Um exemplo: quem tiver produção científica publicada na Revista Convivium, não pode (ainda nos dias que correm) registrar, no LATTES, essa publicação como “artigo científico publicado em revista com corpo editorial”. Embora a mencionada revista possua ISSN (0102-2636), o sistema LATTES simplesmente ignora a tal revista, e a produção tem de ser classificada como publicada em magazine. Pequena retaliação, mas que mostra a que ponto chegou o patrulhamento ideológico (e, evidentemente, orçamentário). Isso sem falar na perseguição da CAPES, explícita e atual, contra os cursos de mestrado e doutorado em filosofia brasileira, que foram sendo extintos, um a um, por pressão do MEC, entre 1979 e 1999. Caíram, sucessivamente, na guilhotina ideológica oficial, o programa de mestrado em Filosofia Brasileira da PUC do Rio, o programa de mestrado e doutorado em Filosofia Luso-Brasileira da Universidade Gama Filho, bem como o programa de mestrado em Filosofia Brasileira da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Semelhante sorte tiveram programas considerados “de direita”, como o mestrado em Estudo de Problemas Brasileiros, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Mackenzie, em São Paulo. Isso aconteceu numa conjuntura internacional em que outros países como Espanha, Portugal, México, Argentina e Colômbia passaram a valorizar de forma muito clara o estudo das respectivas filosofias nacionais, como forma de ocupar um lugar no mundo globalizado. Portugal, que não tinha cursos para o estudo da filosofia autóctone, criou esses programas em 1986, com apoio do Curso de Mestrado e Doutorado em Filosofia Luso-Brasileira da Universidade Gama Filho (extinto em meados dos anos 90).

Outra retaliação contra os estudiosos da filosofia brasileira: a Revista Brasileira de Filosofia, fundada por Miguel Reale em 1949, que recebia uma pequena verba do Ministério da Cultura, para custear postagem dos exemplares destinados a bibliotecas e universidades, teve esse auxílio sumariamente cortado pelo Ministro Francisco Weffort (no segundo Governo de FHC). Detalhe: as revistas, Brasileira de Filosofia e Convivium foram, no século passado, as duas mais importantes publicações brasileiras na área da filosofia e das humanidades (a Revista Brasileira de Filosofia completa, em 2009, os seus 60 anos, e a Convivium

chegou pertinho dos quarenta, pois foi publicada, ininterruptamente, com periodicidade bimensal, entre 1962 e 2000).

retaliação dos burocratas contra quem queira estudar filosofia brasileira não conseguiu, contudo, desestimular as novas gerações. São inúmeras as iniciativas empreendidas por estudantes e professores, em prol do estudo da cultura nacional no terreno das idéias filosóficas. Sem mencionar projetos consolidados no século passado (como a criação, pelo professor Antônio Paim, do Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro em Salvador, Bahia, na década de 1980), seria grande a lista das iniciativas em curso. Menciono apenas cinco:

1. O Núcleo de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos da Universidade Federal de Juiz de Fora se dedica, desde 2003, ao estudo da história das idéias filosóficas no Brasil e na América Latina e publica a revista eletrônica Ibérica (www.estudosibericos.com);

2. A Universidade Federal de São João Del Rei, através do Departamento de Filosofias e Métodos, passou a sediar, desde 2006, os Colóquios Luso-Brasileiros de Filosofia, promovidos pelo Instituto de Filosofia Luso-Brasileira (com sede em Lisboa). Nesse primeiro ano foi realizado, na mencionada Universidade, o VII Colóquio e, no decorrer de 2009, em setembro, será realizado o VIII Colóquio, sob a coordenação do Prof. Dr. José Maurício de Carvalho;

3. O Centro de Pesquisas Estratégicas "Paulino Soares de Sousa" publica, na Universidade Federal de Juiz de Fora, o Portal Defesa, dedicado ao estudo e à divulgação do pensamento estratégico brasileiro (www.defesa.ufjf.br). Este Portal constitui, hoje, um dos principais veículos de divulgação dos estudos estratégicos existentes no Brasil, com aproximadamente 30 mil acessos por mês;

4. O Núcleo de Estudos de Filosofia Brasileira da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenado pelo Prof. Dr. Paulo Margutti, promove a pesquisa sobre a história das idéias filosóficas no Brasil, contando atualmente com mais de dez pesquisadores da UFMG, bem como da Faculdade dos Jesuítas de Belo Horizonte;

5. O Centro de Estudos Filosóficos de Londrina, criado, em 1989, pelo Professor Leonardo Prota, realizou, ao longo dos anos 90 do século passado, sete Encontros Nacionais de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira, com apoio da UEL. A publicação das Atas dos mencionados Encontros constituiu realização editorial das mais importantes no estudo da filosofia brasileira, em confronto com outras filosofias nacionais.

Em boa hora o Clube de Aeronáutica, sob a competente coordenação do Cel Av Araken Hipólito da Costa, e com a colaboração da Academia Brasileira de Filosofia, desenvolve ampla programação de estudos humanísticos e de resgate do estudo do pensamento nacional. Esta iniciativa vem somar-se às já mencionadas e revela a vitalidade que a filosofia brasileira está a manifestar neste início de milênio.